



PARECER JURÍDICO Nº 90033/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação

Processo: Pregão Eletrônico nº 90033/2026

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de material esportivo e jogos.

ASSUNTO: Análise de legalidade dos atos preparatórios de processo licitatório para Registro de Preços destinado à aquisição de material esportivo e jogos.

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica dos documentos que compõem a fase interna do Processo Licitatório nº 33/2026, instaurado pelo Município de Governador Celso Ramos/SC, na modalidade **Pregão Eletrônico, nº 90033/2026**, com critério de julgamento de menor preço por lote, a ser processado e julgado em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais legislações aplicáveis.

O objeto do certame, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Termo de Referência (TR) e no item I do Edital, consiste no Registro de Preços para a aquisição de material esportivo e jogos destinados à Rede Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental e demais órgãos administrativos do Município de Governador Celso Ramos/SC.

A instrução processual foi iniciada com a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, documento que fundamenta a necessidade da contratação. Nele, a Secretaria Municipal de Educação justifica que a aquisição é indispensável para o pleno desenvolvimento de atividades como aulas de Educação Física, Jogos Escolares (JEGOV) e projetos extracurriculares, que impactam diretamente a saúde, o bem-estar e a disciplina dos alunos. O ETP aponta, ainda, a viabilidade da contratação, a existência de ampla concorrência no mercado e a adequação do Sistema de Registro de Preços (SRP) em razão da variabilidade da demanda.

Posteriormente, foi elaborado o Termo de Referência, que descreve pormenorizadamente o objeto, dividido em 12 (doze) lotes, com as respectivas especificações técnicas, quantidades estimadas e valores de referência. **O valor total**



estimado da contratação é de R\$ 965.733,84 (novecentos e sessenta e cinco mil, setecentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos). O Termo de Referência estabelece, ainda, as condições de entrega, os critérios de recebimento, as obrigações da contratada e as atribuições da fiscalização.

O certame foi estruturado com a divisão do objeto em lotes, prevendo-se lotes para a ampla concorrência (Cota Principal), lotes com cota reservada para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) e lotes de participação exclusiva para ME/EPP, em observância ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

A minuta do Edital, por sua vez, estabelece todas as regras do procedimento, incluindo as condições de participação, os prazos para impugnações e esclarecimentos, a forma de apresentação das propostas e dos documentos de habilitação, o modo de disputa, os critérios de julgamento e desempate, as regras para interposição de recursos e o regime sancionatório.

Diante do exposto, os autos foram submetidos a esta análise jurídica para verificação da conformidade dos atos praticados com o ordenamento jurídico vigente, especialmente no que tange à Lei nº 14.133/2021 e aos princípios que regem as contratações públicas.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A análise do presente processo licitatório se concentra na verificação da legalidade e regularidade dos atos da fase preparatória, em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

2.1. Da Competência e da Regularidade da Modalidade Licitatória Adotada

A competência para a deflagração do processo licitatório está devidamente amparada na autonomia administrativa do Município de Governador Celso Ramos/SC para gerir seus interesses e contratar bens e serviços necessários à consecução de suas finalidades públicas, conforme disposto no artigo 30, inciso I, da Constituição Federal.



A escolha da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, mostra-se adequada e legal. O artigo 28, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, estabelece que o pregão é a modalidade obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto. O objeto da presente licitação, consistente em materiais esportivos e jogos, enquadra-se perfeitamente na definição de bens comuns, que, nos termos do artigo 6º, inciso XIII, da mesma lei, são aqueles "cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado". O próprio Estudo Técnico Preliminar, em seu item 6, corrobora essa classificação ao afirmar que "os itens a serem licitados se referem a materiais de fácil fornecimento e de ampla disponibilidade no mercado".

Ademais, a forma eletrônica do pregão é preferencial, conforme determina o artigo 17, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, visando ampliar a competitividade e a transparência do certame. O critério de julgamento de menor preço por lote, previsto no item 1.3 do Edital, também encontra amparo no artigo 33, inciso I, e no artigo 34, § 1º, da referida lei, sendo uma escolha eficiente para a aquisição conjunta de itens que compõem uma solução específica.

2.2. Da Conformidade do Instrumento Convocatório (Edital nº 90033/2026)

O Edital é o ato que rege o processo licitatório, vinculando tanto a Administração Pública quanto os licitantes. Sua análise é fundamental para garantir a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, conforme preceitua o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

2.2.1. Da Definição do Objeto e do Sistema de Registro de Preços

O objeto da licitação está devidamente descrito no item I do Edital e detalhado nas especificações e quantidades constantes no Termo de Referência. A descrição é objetiva e clara, permitindo que os interessados formulem suas propostas



de maneira precisa, sem direcionamentos ou restrições indevidas à competitividade, em conformidade com o artigo 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) está justificada no item 1.3 do Termo de Referência, que aponta a "necessidade de contratações frequentes com celeridade e transparência, conforme a demanda, sem obrigatoriedade de aquisição do quantitativo total estimado". Essa justificativa alinha-se à hipótese prevista no artigo 82, inciso IV, da Lei de Licitações, que autoriza o SRP "quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração". A natureza do fornecimento de materiais para escolas e órgãos administrativos, cuja demanda pode variar ao longo do ano, torna o SRP a solução mais eficiente e econômica.

2.2.2. Do Parcelamento do Objeto e da Previsão de Cotas para ME/EPP

O artigo 40, inciso V, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021 estabelece que o parcelamento do objeto é a regra, visando ampliar a participação de licitantes. O Estudo Técnico Preliminar, em seu item 9, conclui que o parcelamento é "tecnicamente viável e economicamente vantajoso", o que resultou na divisão do objeto em 12 lotes distintos.

Além do parcelamento, o Edital e o Termo de Referência preveem a aplicação do tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme a Lei Complementar nº 123/2006. A estrutura adotada, com lotes de ampla concorrência, lotes com cota reservada e lotes de participação exclusiva, está em plena conformidade com o artigo 4º da Lei nº 14.133/2021 e os artigos 47 e 48 da LC nº 123/2006. Essa medida promove o desenvolvimento econômico local e regional e amplia a competitividade, atendendo aos objetivos do desenvolvimento nacional sustentável. O item 1.8 do Termo de Referência e os itens 5.9 e 5.10 do Edital regulamentam corretamente essa sistemática.

2.2.3. Das Exigências de Habilitação

As exigências de habilitação, dispostas no item XI do Edital e detalhadas no item 8 do Termo de Referência, são compatíveis com o objeto licitado e buscam assegurar que o futuro contratado tenha condições de cumprir as obrigações assumidas. A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 62, preconiza que a documentação de



habilitação deve se limitar à comprovação da capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

- A habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista segue os padrões legais, solicitando documentos como o ato constitutivo, a inscrição no CNPJ e as certidões de regularidade perante as Fazendas, o FGTS e a Justiça do Trabalho. A possibilidade de substituição desses documentos pelo registro cadastral no SICAF está alinhada à modernização e à eficiência preconizadas pela nova legislação.
- A qualificação econômico-financeira foi limitada à apresentação de certidão negativa de falência ou insolvência civil o que é razoável e proporcional para uma contratação de fornecimento de bens comuns. O item 1.10 do Termo de Referência informa que não será exigida garantia contratual, uma faculdade da Administração prevista no § 1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.
- A qualificação técnica, descrita nos itens 8.24 a 8.31 do Termo de Referência, exige a comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares por meio de atestados. As regras para a apresentação desses atestados são claras e não impõem ônus excessivo ou restritivo à participação, focando na demonstração da experiência pertinente ao objeto, o que está em conformidade com o artigo 67, inciso II, da Lei de Licitações.

2.2.4. Dos Critérios de Julgamento, Desempate e Exequibilidade

O critério de julgamento de menor preço por lote é objetivo e adequado ao objeto. Os critérios de desempate, previstos no item 9.18 do Edital, reproduzem fielmente a ordem estabelecida no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, garantindo a aplicação de critérios objetivos e legais caso ocorra empate entre propostas.

O Edital também trata adequadamente da verificação da exequibilidade das propostas, no item 10.7, estabelecendo como indício de inexecuibilidade os valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração. Importante ressaltar que o Edital segue o procedimento correto, determinando que a desclassificação por inexecuibilidade só ocorrerá após diligência para que o licitante possa demonstrar a viabilidade de sua proposta, conforme o artigo 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.



2.2.5. Da Publicidade e dos Prazos Procedimentais

O Edital prevê a divulgação dos atos do certame nos meios oficiais, como o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o sistema COMPRASGOV e o site da Prefeitura, assegurando o princípio da publicidade, previsto no artigo 175 da Lei nº 14.133/2021.

Os prazos para impugnação e pedido de esclarecimentos e para a interposição de recursos (item XIV do Edital) estão em conformidade com os artigos 164 e 165 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa dos interessados. O prazo de 3 (três) dias úteis para impugnações e recursos é o legalmente estabelecido.

2.2.6. Das Sanções Administrativas

O capítulo XV do Edital trata das infrações e sanções administrativas, detalhando as condutas passíveis de punição e as respectivas penalidades. A tipificação das infrações e a gradação das sanções (advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade) estão em harmonia com os artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021. O Edital também assegura o devido processo legal para a apuração de responsabilidade e aplicação de sanções, prevendo o direito de defesa e recurso, o que confere legalidade ao regime sancionatório estabelecido.

2.3. Da Análise dos Documentos de Planejamento (ETP e Termo de Referência)

A fase de planejamento é um pilar da nova Lei de Licitações. O Estudo Técnico Preliminar apresentado contém os elementos essenciais exigidos pelo artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, como a descrição da necessidade da contratação, a estimativa das quantidades, o levantamento de mercado, a estimativa do valor, a descrição da solução e a justificativa para o parcelamento do objeto. O documento demonstra que a Administração realizou um diagnóstico prévio, alinhando a futura contratação a uma necessidade pública concreta.

O Termo de Referência, por sua vez, atende às exigências do artigo 40 da mesma Lei. Ele define o objeto de forma precisa, suficiente e clara; estabelece o modelo de execução; define os critérios de medição e pagamento; e estipula os deveres do contratado e do contratante, incluindo os procedimentos de fiscalização e gestão do



contrato. A detalhada especificação dos itens e a clara divisão em lotes demonstram um planejamento cuidadoso, que tende a resultar em uma contratação bem-sucedida.

Conclui-se, portanto, que a fase preparatória foi devidamente instruída com os documentos de planejamento exigidos pela legislação, os quais fundamentam e detalham a contratação pretendida de forma satisfatória.

3. DA CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, após a análise minuciosa do Edital de Pregão Eletrônico nº 90033/2026, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar e dos demais documentos que instruem o Processo Administrativo nº 33/2026, **opina-se pela regularidade e legalidade dos atos praticados na fase preparatória do certame.**

Os documentos apresentados estão em conformidade com as exigências da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006 e com os princípios que norteiam a Administração Pública. A modalidade licitatória é adequada, o objeto está bem definido, as regras de participação e julgamento são claras e objetivas, e os procedimentos garantem a ampla competitividade, a isonomia e a busca pela proposta mais vantajosa.

Assim, não se vislumbram óbices jurídicos que impeçam o prosseguimento do processo licitatório para as fases subsequentes.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Governador Celso Ramos, 13 de maio de 2026.

GRASIELA ILZA ROSA
Procuradora Geral do Município
OAB/SC 20.653